

Circular nº 14/2013

19 de Abril de 2013

Assunto: ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO, OBJECTO DE TRANSAÇÕES ENTRE SUJEITOS PASSIVOS DE IVA

Caro Associado,

Recordamos que acerca do tema das regras de procedimentos para transporte de peças, acessórios e ferramentas, destinadas ao serviço de manutenção e assistência técnica, no que respeita à documentação a exhibir perante as autoridades fiscalizadoras, foi emitida a nossa Circular nº 20/2010, em 27 de Setembro de 2010, após recebida informação vinculativa da parte da DSIVA, sancionada por Despacho de 2010-07-15 do Director Geral.

Com entrada em vigor a partir de 1 de Maio de 2013 do novo regime de bens em circulação, que puderem ser objecto de transmissão entre sujeitos passivos de IVA, determinado pela nova legislação aplicável, que altera o Decreto-Lei nº 147/2003, e consequentes alterações pelo Decreto-lei nº 238/006 e pela Lei nº 3-B/2010, agora alterado pelo Decreto-lei nº 198/2012, no seu art.º 7º e respectivo Anexo que reformula o Decreto-Lei 147/2003, dá-se assim conta das seguintes alterações ao Regime de bens em circulação, objecto de transações entre sujeitos passivos:

1. Definição de “Documentos de Transporte”

Segundo a alínea b) do nº1 do art.º 2º-Definições (Página 5671 do D.R.), são considerados “<<documentos de transporte>> a fatura, guia de remessa, nota de devolução, guia de transporte, ou documentos equivalentes.”

Nota: As notas de Vendas a Dinheiro deixam de ser consideradas como documentos de transporte, devido à sua extinção.

Passa a existir a obrigatoriedade de comunicação prévia dos elementos do documento de transporte à Autoridade Tributária (AT), antes do início do transporte.

2. Processamento dos documentos de transporte

2.1 Segundo o nº 1 do art.º 5º *“Os documentos referidos nas alíneas b) do nº1 do art.º 2º devem ser emitidos por uma das seguintes vias:*

- a. Por via electrónica, devendo estar a garantida a autenticidade da sua origem e a integridade do seu conteúdo, de acordo com o Código do IVA;*
- b. Através de programa informático que tenha sido objecto de prévia certificação pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), nos termos da Portaria nº 363/2010, alterada pela Portaria nº 22-A/2012 de 24 de Janeiro;*
- c. Através de software produzido internamente pela empresa ou por empresa integrada no mesmo grupo económico, de cujos respectivos direitos o autor seja detentor;*
- d. Directamente no Portal das Finanças;*
- e. Em papel utilizando-se impressos numerados de forma sequencial e tipograficamente.”*

2.2 Segundo o nº 5 do art.º 5º *“Os sujeitos passivos são obrigados a comunicar à AT os elementos dos documentos processados nos termos referidos no nº1, antes do início do transporte”.*

Segundo o nº6 *“A comunicação prevista no nº anterior é efectuada da seguinte forma:*

- a) Por transmissão electrónica de dados à AT, no caso dos documentos emitidos segundo as alíneas a) a d) do nº 1 do art.5º, exceptuando-se portanto o documento emitido em papel referido na alínea e). Desta comunicação resulta a atribuição pela AT de um código de identificação;”*
- b) Através de serviço telefónico disponibilizado para o efeito, com indicação dos elementos essenciais do documento emitido, com inserção no Portal das Finanças até ao 5º dia útil seguinte.”*

Nota: *A comunicação dos elementos dos documentos de transporte à AT não é obrigatória para os sujeitos passivos que, no período de tributação anterior, tenham tido um volume de negócios, passível de imposto sobre o rendimento, igual ou inferior a 100.000,00 Euros.*

3. Elementos a constar nos documentos de transporte

Segundo o art.º4º, são os seguintes os elementos a constar nos documentos de transporte:

- Segundo o nº 1, *“As Facturas devem conter obrigatoriamente os elementos referidos no nº5 do art.º36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.”*
- Segundo o nº2, *“Sem prejuízo do disposto do nº6 do presente artigo as Guias de Remessa ou documentos equivalentes devem conter, pelo menos, os seguintes elementos:*
 - a) *Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede e número de identificação fiscal do remetente;*
 - b) *Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede do destinatário ou adquirente;*
 - c) *Número de identificação fiscal do destinatário ou adquirente, quando este seja sujeito passivo, nos termos do artigo 2.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado;*
 - d) *Designação comercial dos bens, com indicação das quantidades.”*

4. Ferramentas e máquinas ferramentas inerentes à actividade

Segundo a alínea c) do nº1 do art.º 3º-Exclusões, excluem-se da obrigação de emissão de documento de transporte os *“bens pertencentes ao activo imobilizado”*

Nota: Em nossa opinião o processamento destes documentos que respeitam a bens excluídos do âmbito do regime de bens em circulação deverá obedecer aos requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 3.º do regime, ou seja:

“A prova referida no número anterior pode ser feita mediante a apresentação de qualquer documento comprovativo da natureza e quantidade dos bens, sua proveniência e destino.”

Comentário: Em nosso entendimento o sujeito passivo deverá munir-se de documentos que comprovem que os bens em causa respeitam ao seu imobilizado, uma listagem dos bens que estão nestas condições e se possível uma breve descrição/justificação sobre a sua utilização na atividade do sujeito passivo. É disso exemplo uma Listagem autenticada da empresa com a ferramenta

distribuída ao técnico de manutenção, para uso na actividade da empresa, para ser exibida perante as autoridades.

5. Peças destinadas a manutenção e assistência técnica (caso do “Destinatário desconhecido”)

Segundo o nº6 do art.º 4º, *“Os documentos de Transporte, quando o destinatário não seja conhecido na altura da saída dos bens dos locais referidos no nº2 do art.º 2º são processados globalmente, nos termos dos artigos 5º e 8º, e impressos em papel, devendo proceder-se do seguinte modo à medida que forem feitos os fornecimentos”:*

“a) No caso de entrega efetiva dos bens, devem ser processados em duplicado, utilizando-se o duplicado para justificar a saída dos bens;”

Nota: Neste caso, em nosso entendimento, o processamento deverá ser o seguinte:

- o sujeito passivo que vai transportar bens sem destinatário específico/determinado, deve emitir um documento de transporte global com a inclusão de todos os bens que se encontram em circulação em virtude de serem necessários nos serviços de assistência técnica e de manutenção;
- à medida em que tais bens sejam fornecidos aos clientes, deve o sujeito passivo processar, em duplicado, um documento, o qual deverá fazer referência ao documento global inicial. O duplicado deste documento emitido deve ser utilizado para justificar a saída dos bens e deste modo, ser demonstrativo de que os bens em circulação são os elencados no documento global, descontados dos bens referidos nos documentos duplicados processados.

“b) No caso de saída de bens a incorporar em serviços prestados pelo remetente dos mesmos, deve a mesma ser registada em documento próprio, nomeadamente folha de obra ou qualquer outro documento equivalente.”

Comentário: Em nossa opinião, o objetivo subjacente a esta regra estabelecida na alínea b) é que o documento a emitir reflita a efetiva entrega dos bens ao cliente, através da respetiva incorporação na prestação do serviço. Assim, o documento a emitir deverá incluir informação discriminada dos



bens utilizados no serviço e tipo de serviço prestado, de modo que se justifique em comparação com o documento global inicialmente emitido a ausência desses bens.

Esta situação coloca-se normalmente nos serviços de assistência técnica e manutenção em que são transportados determinadas peças e acessórios para atender a necessidades do momento, isto é, surgidas durante as operações referidas, em que esse material é aplicado como parte integrante do serviço. Neste caso deve ser referido na folha de assistência, ou documento equivalente, a evidência da aplicação do material, nomeadamente em lista anexa com o material aplicado no serviço, onde é referido o tipo e nº do documento de transporte, devendo de preferência que o destinatário assine a folha de assistência a comprovar a recepção do material. Após isso, ao processar-se a respectiva factura, deve referir-se nesta igualmente o tipo e nº de documento de suporte do serviço prestado (instalação e/ou manutenção).

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO DA APIRAC